

O padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o Modelo Liberal-Periférico.

Paulo Sérgio Silva Sipriano¹

Darcy Ramos da Silva Neto²

Resumo

A economia brasileira a partir dos anos 1990 rompeu com o Modelo de Substituição de Importações (1930-1980) - que internalizou a indústria no país e permitiu que a participação industrial ultrapassasse a agricultura na importância da composição do PIB – para entrar em um novo padrão de desenvolvimento capitalista: O Modelo Liberal-Periférico. Ao longo de quase três décadas diferentes conjunturas macroeconômicas estiveram presentes, entretanto o modelo continuou ditando os rumos da economia brasileira.

Palavras-chave: Brasil. Capitalismo. Desenvolvimento.

Classificação JEL: E63; E66; O10; O54.

Abstract

The Brazilian economy from the 1990s broke with the Import Substitution Model (1930-1980) - which internalized the industry in the country and allowed industrial participation to surpass agriculture in the importance of GDP composition - to enter a new pattern of Capitalist Development: The Liberal-Peripheral Model. For almost three decades different macroeconomic scenarios were present, however the model continued to dictate the Brazilian economy.

Key-words: Brazil. Capitalism. Development.

JEL Classification: E63; E66; O10; O54.

1. Introdução

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia pela UFBA. Email: paulossipriano@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento pela UFSM. Email: netodarcy25@gmail.com

O modelo econômico adotado pelo Brasil no início dos anos 1990, incorporando as ideias neoliberais do Consenso de Washington, lançou o país numa trajetória de abertura acelerada que impôs grande desafio para indústria nacional em termos de competitividade. O Modelo de Substituição de Importações (1930-1980) que permitiu a internalização da indústria no Brasil deu lugar ao Modelo Liberal-Periférico (MLP) (FILGUEIRAS, 2013) e a sua permanente instabilidade macroeconômica.

Ao longo da implementação e consolidação do MLP conjunturas macroeconômicas distintas estiveram presentes na economia brasileira, quais sejam, a âncora cambial, o tripé macroeconômico e suas variações entre rigidez e flexibilidade. Essas conjunturas permitiram que o Brasil lograsse em determinados momentos um ciclo de crescimento.

No segundo item do artigo será abordado o Modelo Liberal-Periférico e suas implicações para economia brasileira. O item três tem como foco a conjuntura macroeconômica da âncora cambial 1994-1998. O tripé macroeconômico, bem como suas variações, que substituiu a conjuntura da âncora cambial será abordado na seção quatro deste trabalho. O último item é reservado para uma breve conclusão sobre o tema proposto pelo presente artigo.

2. O Modelo Liberal-Periférico

O cenário desenhado pela crise na economia capitalista mundial, na década de 1970 – choque do petróleo, fim de Bretton Woods -, foi propício para o avanço do neoliberalismo pelo globo. A vitória de Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979) e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980) contribuiu para a implementação das teses neoliberais que pregavam a redução da participação do Estado na economia; a diminuição dos gastos públicos nas áreas sociais; reformas fiscais e o equilíbrio nas contas públicas (CERQUEIRA, 2008). O ataque ao Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State*, não se limitou apenas aos países centrais, o desmanche foi estendido para os países periféricos, que em sua grande maioria, ainda nem tinham consolidado a Socialdemocracia e os direitos universais.

As políticas neoliberais do Consenso de Washington (BANDEIRA, 2002) contribuíram para o desmonte do incipiente Estado de Bem-Estar Social na periferia. A substituição de políticas universais por políticas focalizadas reduziu os gastos sociais do

Estado garantindo que apenas nos extremamente pobres fossem atendidos. Nesse sentido, a política social cumpre o papel de compensadora parcial dos

Estragos socioeconômicos promovidos pelo MLP e suas políticas econômicas, reconhecidas pelo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2006) – baixo crescimento econômico, pobreza, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, enfim, um processo generalizado de precarização do trabalho. (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007, p. 26).

O Brasil não passou imune à “onda neoliberalizante” que assolou a América Latina, sendo o último a aderir ao projeto neoliberal. A crise da dívida externa e a aceleração da inflação na década de 1980 conhecida como “década perdida” (SILVA, 1992) fizeram crescer os problemas sociais. Como resultado, a luta da classe trabalhadora, por melhores condições de vida, deu origem a movimentos de reivindicação, por exemplo, a Central Única dos trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) (FILGUEIRAS, 2005). A intensa participação popular e da classe trabalhadora contribuiu para a criação da Constituição de 1988 - Constituição cidadã, assim chamada – que objetivava a criação da Socialdemocracia no Brasil.

Os elementos supracitados retardaram a implantação do receituário neoliberal no país, mas não foram suficientes para impedir que o Brasil entrasse no circuito financeiro internacional. O projeto posto em marcha no início dos anos 1990 pelo Governo Collor promoveu a abertura da economia brasileira e o início das privatizações das empresas estatais, entretanto esse movimento não foi pacífico e gerou atrito entre as diversas frações do capital levando ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello. (MACIEL, 2011).

O padrão (modelo) Liberal-Periférico ocupou o lugar do Modelo de Substituição de Importações (1930-1980) criando uma nova lógica macroeconômica para economia brasileira, entretanto, a transição entre os dois modelos não foi harmônica. O período de implantação do modelo compreendeu os Governos Collor e Itamar Franco (1990-1994) com o início da abertura comercial e financeira, e das privatizações.

A consolidação do MLP foi alcançada durante o primeiro Governo FHC com a radicalização da abertura comercial e financeira da economia brasileira. O plano de estabilização do nível de preços, Plano Real, alcançou seu objetivo de controle da inflação, mas a estabilização teve um elevado custo para economia com a fragilização macroeconômica e uma maior exposição às flutuações externas. A âncora cambial adotada – detalhada no próximo item – impôs uma grande pressão sobre as contas públicas ao valorizar o real em relação ao dólar.

O Plano Real não se limitou apenas ao campo da estabilização monetária e do controle da inflação. Ele estava inserido em um projeto mais amplo de reestruturação da economia brasileira na nova ordem internacional, assentada nos fundamentos do Consenso de Washington. A política de estabilização posta em prática nos anos 1990 teve impacto no

Redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formatação de suas políticas públicas e sociais; na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras, do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho. (FILGUEIRAS, 2000, p. 31).

A abertura promovida por Collor e ampliada por FHC com a financeirização da economia permitiram que o Brasil elevasse seu grau de instabilidade macroeconômica. As crises cambiais nos países que adotaram o mesmo regime de câmbio (ALDRIGHI e CARDOSO, 2009) – México (1994) (KESSLER, 2001); Países Asiáticos (1997) (CANUTO, 2000); e Rússia (1998) – eram indícios que o Brasil também enfrentaria problemas parecidos, num horizonte próximo. A desvalorização cambial – abandono da âncora e adoção do câmbio flutuante – levou o país a uma crise e a adoção de uma nova conjuntura macroeconômica dentro do MPL, o tripé macroeconômico, que será abordado no item quatro.

O tripé implementado em 1999 continua até os dias atuais ditando os rumos macroeconômicos do país. Houve nesses 18 anos de existência momentos de rigidez extrema (início) e momentos de flexibilização (a partir último ano do 1º Governo Lula) que permitiram que a economia brasileira lograsse taxas de crescimento acima da média mundial.

Aproxima-se de completar três décadas da implementação e consolidação do Modelo Liberal-Periférico no comando do padrão de desenvolvimento³ capitalista trazendo crescimento *stop and go*⁴; elevadas taxas de juros; desnacionalização da economia com as privatizações; redução da participação do Estado na economia; substituição das políticas sociais universais pelas focalizadas.

³ “Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população. É um processo histórico que surge quando um país realiza sua revolução nacional e industrial e, desse modo, completa sua Revolução Capitalista.” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 53).

⁴ A expressão é utilizada para economias que não apresentam crescimento econômico sustentável estando limitadas a períodos de crescimento e de rápida desaceleração, logo em seguida.

O gráfico 1 apresenta a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a taxa de crescimento do PIB mundial no período entre 1990 e 2016. No período compreendido pelo gráfico 1 observa-se que a economia brasileira apresentou uma taxa de crescimento superior à mundial por mais de dois anos consecutivos em duas oportunidades, a primeira entre 1993 e 1995 – plano de estabilização do nível de preços – e entre 2007 e 2011 – flexibilização do tripé macroeconômico com a maior participação do Estado na economia. Outro fato marcante é a característica *stop and go* da economia brasileira nessas quase três décadas, o mundo manteve uma taxa de crescimento relativamente constante, sem grandes saltos ou quedas, enquanto o Brasil registrou variações abruptas.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento (%) do PIB brasileiro e mundial (1990-2016).

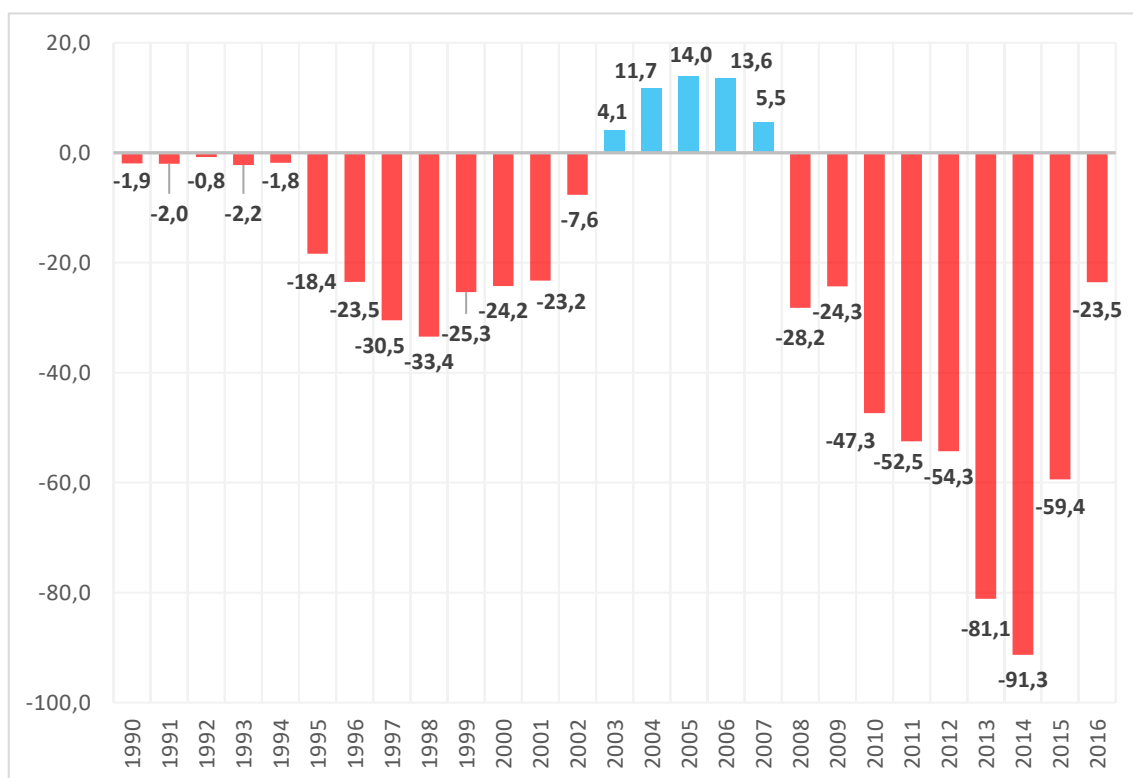


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O gráfico 2 apresenta o saldo da balança de transações correntes durante o período (1990-2016) em bilhões de dólares. O saldo é composto pela diferença entre a balança comercial – importação e exportações - e a balança de serviços e renda – juros, lucros e dividendos. É possível observar que a economia brasileira tem tendência a registrar déficits em transações correntes, isso ocorre em economias que possuem elevado número de multinacionais que remetem os lucros de suas filiais para as matrizes e/ou que pagam juros da dívida a investidores. A balança comercial que apresenta tendência de registro

de saldo positivo não consegue compensar o grande déficit da balança de serviços e renda. No período contemplado pelo gráfico 2, apenas entre 2003-2007 o Brasil registrou superávit em transações correntes, fato conseguido pelo *boom* no preço das commodities⁵ e pela elevação nas exportações para a China.

Gráfico 2 – Saldo da Balança de Transações Correntes (EM US\$ BI).



Fonte: Unctad. Elaboração própria.

Entre 1990-2002 o saldo negativo nas transações correntes foi amenizado pela entrada de investimento direto estrangeiro no processo de privatização das empresas estatais brasileiras. A necessidade de divisas para financiamento das transações correntes impõe uma política de atração de recursos estrangeiros, estes podem ser de duas naturezas. 1) Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – para execução de novas plantas produtivas, *greenfields*, ou para fusão e aquisição de plantas já existente. 2) Investimento estrangeiro em carteira (IEC) – aquisição de ativos de portfólio, ações, derivativos,

⁵ A entrada da China para OMC em 2001 e seu elevado ritmo de crescimento observado nos anos 2000 fez o preço das matérias primas disparar no mercado internacional. O Brasil como exportador de commodities se beneficiou desse movimento.

debêntures. Das duas modalidades de investimento a que apresenta maior volatilidade é o IEC que possui característica de maturação de curto prazo. Desse modo para a atração e manutenção desses investimentos o governo precisa garantir uma rentabilidade dos ativos financeiros superior a do mercado internacional, assim, taxa de juros elevada, inflação baixa e garantia de retorno desses investimentos é fundamental para manutenção dos ativos. Desse modo

A substituição estrutural do chamado tripé de financiamento da acumulação (base do chamado nacional-desenvolvimentismo) por um outro tipo de configuração estrutural agora baseado fundamentalmente e quase que exclusivamente no capital financeiro internacional, cria novas e mais profundas formas de subordinação, com uma substancial redução das margens de liberdade decisórias tanto no que tange à elaboração da política econômica (conjuntura), quanto no que se refere à políticas de fomento e desenvolvimento de mais amplo fôlego (reformas estruturais e planejamento do desenvolvimento). Ou seja, a perda de autonomia e de poder decisório por parte do Estado Nacional é uma opção política e não uma derivação mecânica e irredutível das mudanças nas estruturas do modo de produção capitalista em seu processo de globalização. (GENNARI, 2002, p. 42).

O Modelo Liberal-Periférico conviveu com algumas conjunturas macroeconômicas distintas desde seu início até os dias atuais. Nas próximas seções abordaremos algumas dessas conjunturas que, em certo grau, permitiram algum crescimento para economia brasileira, mesmo que nos moldes *stop and go*.

3. Âncora Cambial

O Plano Real alcançou o objetivo de estabilização do nível de preços da economia brasileira, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – Série Histórica do IPCA 1994-1995.

ANO	MÊS	NÚMERO ÍNDICE (DEZ 93 = 100)	VARIACÃO (%)				
			NO MÊS	3 MESES	6 MESES	NO ANO	12 MESES
1994	JAN	141,31	41,31	162,13	533,33	41,31	2.693,84
	FEV	198,22	40,27	171,24	568,17	98,22	3.035,71
	MAR	282,96	42,75	182,96	602,93	182,96	3.417,39
	ABR	403,73	42,68	185,71	648,92	303,73	3.828,49

MAI	581,49	44,03	193,36	695,71	481,49	4.331,19
JUN	857,29	47,43	202,97	757,29	757,29	4.922,60
JUL	915,93	6,84	126,87	548,17	815,93	4.005,08
AGO	932,97	1,86	60,44	370,67	832,97	3.044,89
SET	947,24	1,53	10,49	234,76	847,24	2.253,15
OUT	972,06	2,62	6,13	140,77	872,06	1.703,17
NOV	999,37	2,81	7,12	71,86	899,37	1.267,54
DEZ	1016,46	1,71	7,31	18,57	916,46	916,46
1995						
JAN	1033,74	1,70	6,35	12,86	1,70	631,54
FEV	1044,28	1,02	4,49	11,93	2,74	426,83
MAR	1060,47	1,55	4,33	11,95	4,33	274,78
ABR	1086,24	2,43	5,08	11,75	6,87	169,05
MAI	1115,24	2,67	6,80	11,59	9,72	91,79
JUN	1140,44	2,26	7,54	12,20	12,20	33,03
JUL	1167,35	2,36	7,47	12,92	14,84	27,45
AGO	1178,91	0,99	5,71	12,89	15,98	26,36
SET	1190,58	0,99	4,40	12,27	17,13	25,69
OUT	1207,37	1,41	3,43	11,15	18,78	24,21
NOV	1225,12	1,47	3,92	9,85	20,53	22,59
DEZ	1244,23	1,56	4,51	9,10	22,41	22,41

Fonte: IBGE.

A inflação brasileira que registrava 916,46% no acumulado do ano de 1994 terminou 1995 com 22,41%. A inflação acumulada no ano continuou reduzindo nos anos subsequentes: 9,56%; 5,22%; 1,66% em 1996, 1997 e 1998, respectivamente. A âncora cambial⁶ introduzida a partir de 1995 contribuiu para a acelerada redução do nível de preços ao permitir a diminuição dos custos de produção. A valorização cambial barateia a importação de insumos e matérias-primas para os setores de produção de bens que necessitam da importação. Ao reduzirem o custo de produção, a pressão inflacionária é aliviada e os preços podem se acomodar (SOARES, 2010).

Apesar do sucesso no controle da inflação que assolava a economia brasileira desde a década de 1980, a utilização de ancoragem cambial traz consigo alguns problemas aos países que decidem adotar tal regime para o controle da inflação. A ancoragem cambial faz com que o país esteja suscetível às variações dos ciclos econômicos internacionais, além disso, a “combinação de câmbio fixo com mobilidade internacional de capitais torna os países vulneráveis a ataques especulativos”. (PASTORE e PINOTTI, 2000, p. 11).

Além dos problemas supracitados a adoção de política de câmbio sobrevalorizado acaba por estimular o aumento das importações e a redução da poupança privada gerando déficits comerciais crescentes e diminuição da poupança (CARDOSO, 2001). Essa situação é complicada para uma economia como a brasileira que registra déficit estrutural

⁶ Instrumento de política econômica que tem como objetivo a estabilização da moeda nacional que é atrelada a uma moeda internacional de referência.

na balança de serviços e renda, dessa forma, a deterioração nas transações correntes ocorre duplamente. Diante do cenário de desequilíbrio e da necessidade de continuação do modelo, a política econômica externa, assim como toda a política governamental, segundo (GENNARI, 2002, p. 38), tornaram-se “refé[ns] dos ingressos do capital financeiro internacional”.

A política cambial posta em marcha nos anos de existência âncora

Gerou um círculo vicioso que acabou por inviabilizá-la. A administração cambial demandou elevadas taxas de juros que, por sua vez, comprometeu as contas públicas. O comprometimento das contas públicas suscitou incertezas quanto à capacidade do País em honrar seus compromissos financeiros, resultando no escasseamento dos capitais externos necessários à manutenção do câmbio administrado. Tal situação adversa tem ainda um potencial desestabilizador que é a elevada integração entre os mercados financeiros. Apesar de ser uma condição dada e com baixa probabilidade de ser afetada por uma pequena economia, ela acarreta aumento da volatilidade, o que, conseqüentemente, propicia instabilidades adicionais. Exemplos disso são as próprias crises originadas no México, Ásia e Rússia. (SOARES, 2010, p. 71).

A conjuntura macroeconômica da âncora cambial já dava sinais de desgaste, em 1997 o déficit em conta corrente registrava 4% a 5% do PIB; o real estava sobrevalorizado; o déficit público nominal em torno de 6% do PIB e os juros elevados (SILVA, 2002). Em 1999, após sucessivos ataques especulativos que reduziram as reservas cambiais, o Brasil mudou o regime de câmbio para flutuante

A perda dramática de reservas e os problemas enfrentados pelo Plano Real não foram surpresas. Foram decorrência da vulnerabilidade a que se sujeitou o país com a liberalização da economia e a adoção de um programa de estabilização de combate à inflação atrelado aos fluxos de capitais externos. (SILVA, 2002, p. 22).

Assim chegava ao fim a conjuntura macroeconômica da âncora cambial, em seu lugar entraria, sob a chancela do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁷, o tripé macroeconômico que resiste até os dias atuais. Na próxima seção abordaremos as duas fases mais marcantes do tripé, quais sejam, a mais rígida, na implementação, e a flexibilização a partir de finais do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

4. Tripé Macroeconômico

⁷ Para mais informações sobre a atuação do FMI no Brasil e os desdobramentos econômicos ver: (OLIVEIRA, 2006).

A partir de 1999 o Brasil passa a adotar uma nova estrutura macroeconômica, a introdução de um regime de política macroeconômica baseado em três princípios: condução da política monetária de acordo com um regime de metas de inflação; a política cambial norteadas por câmbio flutuante; e política fiscal com realização de superávit primários (OREIRO, 2015). A tabela 2 apresenta os objetivos, as metas operacionais e instrumentos utilizados na condução das políticas monetária, fiscal e cambial que juntas compõem o chamado tripé macroeconômico.

Tabela 2 – Descrição dos componentes do tripé macroeconômico.

Tipo de Política	Objetivos	Metas Operacionais	Instrumentos
Política Monetária	Estabilidade da taxa de inflação em curto prazo Inflação baixa em longo prazo	Metas declinantes de inflação	Taxa de juros de curto prazo
Política Fiscal	Dívida pública como proporção do PIB baixa e estável médio e longo prazo	Meta de superávit primário	Redução do investimento público
Política Cambial	Autonomia da política monetária	Nenhuma	Livre flutuação da taxa nominal de câmbio

Fonte: Oreiro (2015).

Na condução da política monetária o objetivo estava restrito a estabilidade da taxa de inflação em curto prazo e em longo prazo uma taxa de inflação baixa. Para alcançar o resultado esperado a administração da taxa de juros de curto prazo foi o principal instrumento de política utilizado. Operacionalmente, a autoridade monetária introduziu as metas declinantes para inflação. A resolução nº 2.615, de 30/06/1999 do Banco Central do Brasil tornou pública a decisão do Conselho Monetário Nacional de fixar as metas de inflação para os anos seguintes e seus respectivos intervalos de tolerância: 8% em 1999; 6% em 2000 e 4% em 2001, todos com o intervalo de menos 2% e de mais 2%.

A política fiscal estava limitada ao objetivo de uma dívida pública como proporção do PIB baixa e estável em médio e longo prazo. A realização de superávit primário foi a principal meta operacional, alcançada através da redução dos investimentos

públicos. As metas de superávit fiscal como proporção do PIB estabelecidas pelo governo para os anos de 1999, 2000 e 2001 eram 3,1%, 3,4% e 2,6% respectivamente. Na política cambial o objetivo estava limitado a proporcionar autonomia para política monetária e para a livre flutuação da taxa nominal de câmbio como instrumento de atuação da política cambial.

De acordo com (OREIRO, 2014), o tripé macroeconômico alcançou seus objetivos, quais sejam, a estabilização/diminuição da relação dívida pública/PIB; a garantia da estabilidade da taxa de inflação e a condução da política monetária objetivando os interesses domésticos e não às necessidades de ajuste do balanço de pagamento. Ao chamar atenção para os objetivos alcançados pelo tripé macroeconômico no período de existência, o autor traz uma contribuição relevante sobre as limitações e deficiências desse modelo de condução de política macroeconômica.

O tripé, contudo, não foi desenhado para viabilizar as condições macroeconômicas necessárias para o crescimento sustentado da economia brasileira. Em particular, o tripé se mostrou compatível com a obtenção de uma poupança pública negligenciável ou negativa, com a deterioração crescente da competitividade externa da economia brasileira em função da apreciação crônica da taxa real de câmbio e com a manutenção da taxa de inflação acima de 5% ao ano na média do período 2003-2012. A combinação entre poupança pública baixa ou negativa, câmbio apreciado e inflação superior a média internacional resultaram numa taxa de investimento em torno de 18% nos últimos anos, valor esse compatível com um crescimento não-inflacionário do PIB abaixo de 3%. (OREIRO, 2014).

A condução da política macroeconômica desde 1999 é norteadada pela orientação do tripé que no período de 1999-2005 foi bastante rígido na execução das metas de política fiscal, monetária e cambial. A partir de 2006 há uma viragem na condução do tripé macroeconômico e uma flexibilização das metas é observada.

4.1. Flexibilização do Tripé

No último ano do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve início o processo de flexibilização do tripé macroeconômico a partir de mudanças nas políticas monetária, fiscal e cambial: manutenção da meta de inflação em um patamar

fixo⁸ (4,5%), redução do superávit primário como proporção do PIB e elevação das reservas internacionais (OREIRO, 2015). A tabela 3 apresenta os elementos de política monetária, fiscal, salarial e cambial a partir da flexibilização do tripé.

Tabela 3 – Componentes do tripé macroeconômico após a flexibilização.

Tipo de Política	Objetivos	Metas Operacionais	Instrumentos
Política Monetária	Estabilidade da taxa de inflação tanto no curto prazo como no longo prazo	Metas constantes de inflação	Taxa de juros de curto prazo
Política Fiscal	Dívida pública como proporção do PIB estável no médio e longo prazo. Aumento do investimento público	Redução da meta de superávit primário	Aumento da carga tributária Aumento das despesas primárias como proporção do PIB Estabilidade do superávit primário como proporção do PIB
Política Salarial	Elevação do salário real Aumento da participação dos salários na renda	Não definida	Reajuste do salário mínimo pela inflação de t-1 e pelo crescimento real do PIB em t-2
Política Cambial	Autonomia da política monetária Estabilidade da taxa real de câmbio	Nenhuma	Compra de reservas internacionais em larga escala

Fonte: Oreiro (2015).

Na política monetária a mudança em relação ao tripé inicial foi no objetivo da manutenção da estabilidade da taxa de inflação tanto no curto quanto no longo prazo, a alteração das metas de inflação de declinantes para constante e o instrumento de taxas de juros de curto prazo manteve-se o mesmo.

⁸ Até então as metas de inflação eram declinantes, entretanto, eram passíveis de revisão pelo Conselho Monetário Nacional. Entre 1999-2005 as metas foram, respectivamente: 8%, 6%, 4%, 3,5%, 4%, 5,5%, 4,5%.

A política fiscal guarda as principais mudanças na política do tripé flexibilizado. Os objetivos estavam centrados na estabilidade da dívida pública como proporção do PIB em médio e longo prazo, e no aumento do investimento público na economia – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo. A redução da meta do superávit primário permitiu ao governo um orçamento maior para comandar investimentos e assumir papel de destaque na economia. Os instrumentos utilizados para ampliação da participação estatal foram o aumento da carga tributária e das despesas primárias como proporção do PIB e a estabilidade do superávit primário como proporção do PIB.

Uma grande aliada no crescimento da economia brasileira, via expansão do mercado interno, foi a política salarial praticada. A elevação do salário real bem como o aumento da participação dos salários na renda e a criação de mecanismos de ampliação do crédito⁹ permitiu que um contingente maior de pessoas acessasse o mercado de bens e consumo. De acordo com (DANTAS, 2017), uma característica do período Lula foi o crescimento do consumo das famílias apresentar números maiores que o crescimento do PIB, 5,4% e 4,2%, respectivamente entre 2004 e 2010.

Os números sobre o crescimento do consumo no período indicam que o país logrou um crescimento do tipo *wage-led*¹⁰, entretanto, (OREIRO, 2011) apresenta elementos que demonstram que a participação dos salários na renda manteve-se estável durante o período e o que ocorreu foi um aumento do endividamento das famílias, assim “os dados disponíveis apontam para um regime de crescimento do tipo *finance-led* – no qual o crescimento dos gastos de consumo é impulsionado pelo endividamento do setor privado – do que *wage-led*”.

No âmbito da política cambial foi adotada estabilidade da taxa real de câmbio e a realização de compra maciça de reservas internacionais – US\$ 83 bilhões em 2006 para US\$ 285 bilhões em 2010, segundo dados do Banco Central. A autonomia da política monetária foi mantida.

Os resultados obtidos no período de flexibilização do tripé são melhores que a fase do tripé macroeconômico rígido. A taxa média de crescimento do PIB do primeiro foi de 5,07% enquanto no segundo a média foi de 2,65%. A maior participação do investimento estatal contribuiu para esses resultados, além dos já citados anteriormente. Soma-se a esse

⁹ Crédito consignado criado pela Lei 10.820/03 e a maior atuação dos bancos públicos, Banco do Brasil com crédito rural e Caixa Econômica Federal com financiamento imobiliário.

¹⁰ “Um regime de crescimento no qual o aumento da participação dos salários na renda impulsiona a expansão do nível de renda e de emprego.” (OREIRO, 2011, p. 6).

êxito a elevação do preço das *commodities*, puxado pelo crescimento acelerado da economia chinesa e a sua necessidade crescente de matérias primas.

Apesar da flexibilização do tripé macroeconômico observado durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores e dos resultados obtidos esse modelo de política macroeconômica não garante crescimento sustentável, nem possibilidade de reformas estruturais. Assim, “a não ser que seja modificado seu *modus operandi*, o tripé não conseguirá livrar a economia brasileira da armadilha de outra ‘trindade possível’: juros reais elevados, taxa de câmbio real apreciada e baixo crescimento”. (NASSIF, 2015, p. 427). Infelizmente, não há no horizonte próximo qualquer indício de que rupturas possam ocorrer no tripé macroeconômico, qual seja, a sua superação.

5. Conclusão

O padrão de desenvolvimento capitalista iniciado no Brasil a partir dos anos 1990 concorreu para promover a abertura acelerada da economia brasileira. As decisões endógenas de adequação do Brasil ao novo padrão financeiro global internalizaram a instabilidade dos ciclos econômicos internacionais lançando o país em um padrão de desenvolvimento estruturalmente crítico, tanto do ponto de vista político quanto econômico.

A medida que os anos avançam torna-se mais clara a incapacidade do Modelo Liberal-Periférico em oferecer uma trajetória de crescimento sustentável duradoura. A instabilidade macroeconômica exige a permanente atração de capitais - independente da natureza desses - via prática de juros elevados; o controle da inflação, que objetiva taxas diminutas, garante que a rentabilidade dos ativos financeiros seja um excelente negócio; e o superávit primário é a garantia do cumprimento das obrigações do Estado com o mercado. Essa realidade, lamentavelmente, está presente na economia brasileira a quase três décadas sem qualquer indício de reversão.

Referências

ALDRIGHI, D. M.; CARDOSO, A. D. Crises cambiais e financeiras: uma comparação entre América Latina e Leste Asiático. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 61-117, Abril 2009. ISSN 1982-3533.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Reservas internacionais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/RESERVA>>. Acesso em 15 Setembro 2017.
- BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Economia Internacional**, Brasília, v. II, n. 45, p. 135-146, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 93, p. 33-60, Set/Dez 2014. ISSN 1807-0175.
- CANUTO, O. A crise asiática e seus desdobramentos. **Revista Econômica**, Niterói, v. II, n. 4, p. 25-60, Dezembro 2000. ISSN 1517-1302.
- CARDOSO, E. A Crise Monetária do Brasil: Migrando da Âncora Cambial para o Regime Flexível. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3 (83), p. 146-167, Jul/Set 2001. ISSN 1809-4538.
- CERQUEIRA, J. B. A. D. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p. 169-189, jul/dez 2008.
- DANTAS, F. Economia e Negócios. **Estadão**, 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/fernando-dantas/crescimento-puxado-pelo-consumo/>>. Acesso em: 20 Setembro 2017.
- DRUCK, M. D. G. D. F.; FILGUEIRAS, L. A. M. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. **Revista Katálysi**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, 2007. ISSN 1982-0259.
- FILGUEIRAS, L. A. M. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica**. FE-UFBA. Salvador, p. 57. 2005.
- _____. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, I. S. B. **Novas Interpretações Desenvolvimentistas**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 371-450.
- GENNARI, A. M. Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2002. ISSN 1806-9029.
- KESSLER, T. A Queda do Peso Mexicano: Causas, Consequências e Recuperação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3 (83), p. 121-145, Jul/Set 2001. ISSN 1809-4538.
- MACIEL, D. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, n. 11, p. 98-108, Dezembro 2011. ISSN 2317-6784.
- NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 3 (140), p. 426-443, Jul/Set 2015. ISSN 1809-4538.

OLIVEIRA, L. R. As repercussões do acordo com o FMI sobre os ajustes da economia brasileira. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, n. 1 (29), p. 81-102, 2006. ISSN 1806-9029.

OREIRO, J. L. C. **Crescimento e Regimes de Política Macroeconômica: Teorias e Aplicação ao Caso Brasileiro (1999-2011)**. São Paulo, p. 36. 2011.

_____. O Regime de Crescimento no Brasil é Wage-Led? **José Luis Oreiro ~ Economia, Opinião e Atualidades**, 2011. Disponível em:
<<https://jlcoureiro.wordpress.com/2011/05/18/o-regime-de-crescimento-no-brasil-e-wage-led/>>. Acesso em: 20 Setembro 2017.

_____. Muito Além do Tripé (Valor Econômico, 10/10/2014). **José Luis Oreiro ~ Economia, Opinião e Atualidades**, 2014. Disponível em:
<<https://jlcoureiro.wordpress.com/2014/01/10/muito-alem-do-tripe-valor-economico-10102014/>>. Acesso em: 10 Setembro 2017.

_____. Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Política**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 16-33, Julho 2015. ISSN 2358-9841.

PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. Globalização, Fluxo de Capitais e Regimes Cambiais: Reflexões sobre o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 5-26, Jan/Mar 2000. ISSN 1980-5357.

SILVA, L. C. E. **Texto para Discussão 274: o que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. IPEA. Brasília, p. 52. 1992.

SILVA, M. L. F. Plano Real e Âncora Cambial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3 (87), p. 3-24, Jul/Set 2002. ISSN 1809-4538.

SOARES, F. A. R. Da formação às fases da âncora cambial no Brasil: uma perspectiva histórica do Plano Real. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 9, n. 1, p. 31-78, Jan/Jun 2010. ISSN 1517-9354.

UNCTAD. UnctadStat Data Center. Disponível em:
<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en>. Acesso em: 15 Setembro 2017.